

A PESCA COSTEIRA NO BRASIL

MARCO BAILON

A PESCA COSTEIRA NO BRASIL

INTRODUÇÃO:

Abordar o tema "Pesca Costeira no Brasil", é como referir-se a todo o desenvolvimento da pesca nacional nos últimos 50 anos, uma vez que a pesca industrial brasileira sempre caracterizou-se por atuar nas áreas mais internas da plataforma continental, concentrando seus esforços sobre os recursos costeiros e aí desenvolvendo uma frota pesqueira limitada ao litoral. O direcionamento dado ao desenvolvimento pesqueiro no Brasil, com relação a captura fez com que houvesse um retardamento na questão do aprimoramento tecnológico de nossa frota.

Ao traçarmos um paralelo entre a frota existente no Brasil há 30 anos e as embarcações construídas mais recentemente, podemos constatar(com raras exceções) que pouco ou nada mudou nas questões básicas de uma embarcação, economia, segurança e conforto, são quesitos ainda considerados dispensáveis ao se considerar o preço final de uma construção. Ainda se faz barcos de pesca com as mesmas plantas de 20 anos atrás.

Este fato é decorrente de uma acomodação na exploração dos recursos costeiros, mais disponíveis a captura, a ausência de formação de recursos humanos para a pesca(cursos profissionalizantes) e uma desarticulação ou distanciamento entre o Estado e o setor produtivo, dando a entender que gestão de recursos naturais/ordenamento pesqueiro estivessem na contramão do desenvolvimento, gerando conflitos na condução da política de administração das pescarias.

O fato do Brasil ter permitido o fechamento das poucas escolas de pesca existentes no final da década de sessenta é um dos fatores mais preponderantes para que a nossa pesca industrial tenha se restringido a zona costeira. A ausência de escolas de pesca limitou o horizonte de nossos pescadores, não permitindo a renovação e conseqüentemente o acesso a novas tecnologias e áreas de trabalho.

Em prosseguimento as causas que nos prenderam tradicionalmente a costa podemos citar além das mencionadas acima, o grande potencial costeiro (em especial no sul/sudeste), a diversidade de recursos, que permitiram uma exploração diversificada dos vários ambientes litorâneos e a própria legislação pesqueira que, ao limitar o esforço de pesca para quase todas as modalidades de pesca, restringiu nossas embarcações quanto ao comprimento, capacidades de porão e propulsão, temendo o aumento abusivo do esforço de pesca que mostrou-se incontrolável durante a década de 80.

Estas dificuldades porém, não impediram que essa frota se tornasse altamente eficiente e fosse ao longo do tempo equipando-se e adaptando-se as ofertas

tecnológicas existentes para a localização, captura e conservação do pescado a bordo, sustentando uma indústria pesqueira distribuída ao longo do litoral, oferecendo milhares de empregos diretos e indiretos, sendo em algumas regiões a principal atividade econômica de muitos municípios.

As consequências deste desenvolvimento calcado em áreas de reprodução de muitas espécies de peixes e crustáceos, aliada as mudanças ambientais, poluição e demais fatores, fizeram com que a maioria desses recursos entrassem em fase de sobreexploração, estando hoje toda a pescaria costeira realizada no litoral brasileiro sobre controle do Governo em função do elevado nº de embarcações licenciadas, ou não, nas diversas modalidades de pesca existentes.

SITUAÇÃO ATUAL (RESUMO DAS PRINCIPAIS PESCARIAS)

Considerando a enorme faixa litorânea de nossa costa, cêrca de 8.500 km, as várias características morfológicas e de natureza do substrato e da coluna d'água, as condições climáticas altamente variáveis e os centros consumidores, a pesca industrial é exercida de diversas maneiras. Para uma análise da situação das diferentes pescarias é necessário considerar as diversas regiões onde ela é praticada e seus principais recursos marinhos e estuarinos.

REGIÃO NORTE

A região norte do Brasil apresenta como principal polo industrial, o estado do Pará, o qual possui uma frota de arrasteiros, concentrados na exploração de camarões do Gênero *Penaeus* e bagres estuarinos com destaque para a piramutaba (gen. *Brachyplatystoma*).

CAMARÃO (*Penaeus subtilis*)

HISTÓRICO DA PESCARIA

A exploração de camarões rosa na costa norte do Brasil, teve início na década de 60, por empresas estrangeiras estabelecidas em outros países na área Brasil/Guianas.

A participação brasileira começou a partir de 1969, através de empresas sediadas em Belém, com uma frota composta cinco embarcações. Com a expansão do mar territorial brasileiro em 1970, para 200 milhas, foram realizados acordos de pesca com várias nações estabelecidas na área, permitindo a operação destes em águas brasileiras.

A partir de 1978 a pesca do camarão rosa na costa norte passou a ser exercida somente por empresas nacionais, com autorização para arrendar barcos estrangeiros.

Os barcos arrendados foram sistematicamente substituídos por uma frota nacional, estando atualmente totalmente nacionalizada, contando com aproximadamente 100 embarcações.

A produção de camarão rosa para a região norte está em torno de 4.000 toneladas/ano, sendo que mais de 90% foram desembarcados em Belém (IBAMA/1996) e destinadas ao mercado externo.

A captura é realizada desde Tutóia no Maranhão até a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

CARACTERÍSTICAS DA FROTA

Em média, as embarcações camaroneiras que atuam na região norte possuem comprimento entre 19 e 25 metros, casco de aço, tonelagem bruta entre 50t, e 180t., com potência de motor variando entre 250 a 400 Hp. A maioria destas embarcações utilizam sistema de congelamento a bordo e são equipados com ecossonda, navegador por satélite (GPS), sistema de rádio-comunicação e telefonia celular.

Quanto ao método de pesca, esta é praticada pelo sistema double-rig ou arrasto duplo com tangones ou com redes gêmeas, havendo algumas embarcações menores operando com arrasto simples.

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

A avaliação mais recente foi realizado pelo GPE de camarões da costa norte em 1986(SUDEPE/PDP), que utilizando o modelo de Schaeffer, estimou uma captura máxima sustentável em torno de 7.900 t/ano de peso inteiro ou 5004t/ano de cauda para um esforço de 44.886 dias de mar.

As últimas conclusões dos analistas são de que o recurso de camarão rosa da costa norte estão sendo explotados nos seus máximos rendimentos sustentáveis, devendo-se manter os atuais níveis de esforço de pesca, em torno de 100 embarcações.

Atualmente a pesca do camarão da costa norte está controlada com relação ao esforço de pesca, período de defeso de 60 dias e proibição de áreas de pesca.

'PIRAMUTABA (*Brachyplatystoma vaillantii*)

HISTÓRICO DA PESCARIA

A pesca em escala industrial deu-se a partir de 1971, através dos incentivos dados pelo governo federal, onde várias empresas começaram a se instalar em Belém/PA,

montando estruturas de congelamento, processamento e comercialização, visando principalmente a exportação deste pescado sob várias formas de apresentação de produto congelado, demonstrando ser a piramutaba um excelente recurso para o desenvolvimento de uma exploração a nível empresarial para o estuário amazônico

A exploração industrial teve início com a utilização de arrasteiros simples com portas, evoluindo em seguida para a pesca de arrasto de Pareiha.

A frota piramutabeira está constituída por cerca de 60 embarcações, sendo 48 o número oficial, a captura no ano de 1996 foi de aproximadamente 17.000 t. a pesca é realizada principalmente no estuário formado pelos rios Amazonas e Pará e distribui-se entre o rio Gurupi e o Cabo Orange, no litoral.

A captura da piramutaba é realizada durante todo o ano, com maior produtividade no primeiro semestre.

CARACTERÍSTICAS DA FROTA

A frota é composta por embarcações arrasteiras arranjadas para a pesca de pareilhas, possuem, em média 22 metros de comprimento, casco de aço, motores de 350 Hp., em média, tonelagem líquida de 60t., o método de conservação do pescado a bordo é realizado com gelo. Sistemas de navegação e comunicação convencionais.

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

A avaliação do estoque de piramutaba considerada de maior credibilidade foi realizada em 1981 através do modelo matemático de Schaeffer, os resultados obtidos foram de 20.900t/ano, para um esforço de 5.900 dias de mar, para pareilhas, considerando a exploração do estoque em equilíbrio.

Em 1977 houve uma produção de 28.829t. ultrapassando a CMS e conseqüentemente abalando o equilíbrio do estoque.

Os especialistas acreditam que o intenso esforço de pesca exercido sobre o recurso nos últimos 20 anos comprometeu seriamente a disponibilidade da piramutaba, as capturas médias estão abaixo do rendimento máximo sustentável com o agravante de uma grande ocorrência de indivíduos jovens nas capturas.

Para reversão do atual quadro recomenda-se a diminuição do atual nível do esforço de pesca e um aumento de seletividade de malhas para evitar a captura de juvenis.

A regulamentação desta pescaria limita-se atualmente ao controle do número de embarcações, áreas proibidas para a frota arrasteira e tamanhos mínimos de malha para o túnel e ensacador

REGIÃO NORDESTE

A produção de **pescado marinho do nordeste** é basicamente efetuada pela frota artesanal, que **atinge cerca de 75% das capturas regionais**. O principal pólo de pesca industrial costeira desta região é o estado do Ceará, concentrando suas atividades sobre os tradicionais recursos da região, o pargo e a lagosta.

LAGOSTAS (*Panulirus sp*)

HISTÓRICO DA PESCARIA

São duas as principais espécies de lagostas exploradas pela frota industrial do nordeste a lagosta vermelha ou comum (*Panulirus argus*) e a lagosta cabo-verde (*Panulirus laevicauda*), sendo a de maior participação a lagosta vermelha (85%).

A pesca de lagosta é praticada no nordeste desde 1955, através de dois pólos, Ceará e Pernambuco, aumentando o raio de ação da frota, com o seu constante deslocamento para novas áreas de captura, sempre que os rendimentos diminuiam nos pesqueiros próximos, assim a pesca de lagosta hoje, é praticada em toda a extensão de sua distribuição nas áreas de maior concentração, do Amapá ao sul do Espírito Santo.

Atualmente o litoral dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco estão bastante explorados sendo a atividade desenvolvida em outra áreas mais produtivas.

A lagosta brasileira sempre teve como destino maior o mercado externo, apenas o produto fora das especificações é comercializado no mercado interno.

A frota lagosteira, segundo os últimos levantamentos está estimada em 3.100 embarcações de diferentes características, envolvendo um contingente de aproximadamente 200.000 pessoas direta ou indiretamente na atividade.

Segundo fontes do IBAMA, a pesca de lagosta movimentou entre 1990 e 1994 de US\$ 50 milhões a US\$ 70 milhões, em exportações.

CARACTERÍSTICA DA FROTA

Existem vários tipos de embarcações sendo utilizadas na captura da lagosta, desde embarcações de pequeno porte (até 10 metros de comprimento), casco de madeira, conservação em gelo, com autonomia para até cinco dias de mar movidos a vela e/ou motor, tripulação de quatro pescadores. Embarcações de médio porte (10 - 15 metros), casco de madeira ou aço, equipados com talha para o recolhimento dos manzuás, alguns possuindo equipamentos básicos de navegação e comunicação (rádio e ecossonda), autonomia para 15 dias de mar, motores de 70 a 130 Hp. Barcos de maior porte (acima de 15 metros), equipados com instalações frigoríficas,

autonomia de 45 dias de mar, 10 pescadores, equipamentos de navegação e comunicação convencionais, com motores até 250 Hp de potência.

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

Segundo os especialistas do GPE de lagostas a captura máxima sustentável do estoque de lagosta estaria em torno de 9.000 t/ano para um esforço ótimo de 25 milhões de covos/dia e uma CPUE ótima de 0,4kg/covo/dia.

A produção de lagostas nos últimos 30 anos sofreu várias oscilações, mantendo nos últimos anos uma captura anual em torno de 8.000 t/ano. Há uma grande preocupação por parte do segmento técnico, tendo em vista que nos últimos anos houve um grande aumento do esforço de pesca, com uma conseqüente queda de produtividade, sem a perspectiva de se encontrar novos pesqueiros.

Quanto as medidas de ordenamento, são aplicados períodos de defeso, proibição de áreas de pesca para reprodução e limite da frota (controle de esforço).

PARGO (*Lutjanus purpureus*)

HISTÓRICO DA PESCARIA

A pesca industrial teve início a partir de 1961, com a introdução da linha tipo pargueira, espinhel vertical, apresentando-se como alternativa à captura de lagosta. A partir daí a captura de pargo expandiu-se para o norte do Brasil.

O pargo capturado pela frota nordestina distribui-se desde o estado do Ceará até a divisa do Amapá com as Guianas e alguns bancos oceânicos no litoral do nordeste.

A pesca industrial do pargo tem passado por várias etapas como, modificações tecnológicas nos métodos de captura, introdução de bicicletas e caiques, aumento da capacidade da frota (barcos maiores).

A quase totalidade da pesca industrial destina-se à exportação na forma de filé congelado, principalmente para os Estados Unidos

CARACTERÍSTICAS DA FROTA

A frota pargueira é constituída por embarcações com comprimento entre 20 e 25 metros, existem dois sistemas de captura, um utilizando caiques e outro com o uso de bicicletas na borda da embarcação, possuem os equipamentos básicos de navegação e comunicação, com motores de até 300 HP.

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

A última avaliação do recurso foi de 6971 t/ano. As capturas de pargo nos últimos anos estão em torno de 5.000t/ano, a frota industrial de pargo está estimada em 30 embarcações.

A pesca do pargo passou a ser regulamentada a partir de 1981, com a limitação da frota e o estabelecimento do tamanho mínimo de captura para 40cm.

REGIÕES SUDESTE/SUL

Considerando que os principais recursos costeiros possuem sua distribuição ao longo do litoral dos Estados destas regiões, que conseqüentemente são compartilhados pelos estados do SE/S e sendo suas capturas e desembarques realizados nos portos mais próximos das áreas de pesca, o desenvolvimento da indústria pesqueira nessas regiões deu-se de maneira gradativa, de acordo com o surgimento de novos recursos e o deslocamento da frota, nos últimos 40 anos.

Estas regiões são beneficiadas por uma significativa produtividade, que caracteriza uma grande diversidade de recursos pesqueiros propiciando o desenvolvimento de uma indústria pesqueira e uma grande infra-estrutura de captura, processamento e comercialização, tornando o SE/S o maior centro produtor e consumidor de pescado do Brasil.

A produção industrial desembarcada no SE/S representa cerca de 80% da produção nacional, sendo 90% desta, oriunda de recursos costeiros.

A quase totalidade da produção industrial costeira do SE/S é destinada ao mercado interno.

Os principais recursos costeiros dessas regiões estão representados pela sardinha, camarões e peixes demersais.

SARDINHA (*Sardinella brasiliensis*)

HISTÓRICO DA PESCARIA

A pesca industrial de sardinha teve início na década de 40, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com a mecanização das embarcações e em Santa Catarina a partir de 1964. A indústria sardineira, até o final dos anos 80, sempre teve um comportamento ascendente, representado por um crescente aumento da capacidade instalada de indústrias processadoras e da modernização e aumento da frota.

A frota sardineira, no auge de sua exploração, chegou a contar com cerca de 500 embarcações (meados dos anos 80). A partir de 1990, em função de diversos fatores, entre eles um declínio assustador da produção e uma desestabilização do setor, com o fechamento de várias empresas, houve uma drástica redução da frota operante e conseqüentemente uma alteração substancial nas relações comerciais desta pescaria,

inclusive com um aumento indiscriminado da importação do produto, que agravou ainda mais a comercialização da sardinha congelada.

Atualmente não se tem informações precisas sobre a frota de sardinha, sabe-se porém, que em toda a região não há mais de 100 traineiras de médio e grande porte atuando, embora atualmente a frota permissionada operando na região esteja composta de 317 embarcações, assim distribuídas: Rio de Janeiro com 105 barcos (33%), S. Paulo com 113 barcos (36%) e S. Catarina com 99 (31%).

Grande parte desta frota está operando hoje em outras modalidades de pesca.

CARACTERÍSTICAS DA FROTA

A frota sardineira, ao contrário das demais, veio ao longo dos últimos anos experimentando um desenvolvimento tecnológico, a medida que a pesca se dirigiu mais para a região sul. Assim temos atualmente uma diferenciação marcante, ao analisarmos as características físicas e tecnológicas das frotas dos três estados.

No Rio de Janeiro encontramos a frota mais antiga, com embarcações com médias de TBA 33,71, comprimento médio de 16,58 metros e potência média de 183 Hp. Em S. Paulo, encontramos uma frota intermediária com TBA média de 54,66, comprimento médio de 19,88 metros e potência média de 262 Hp. Em S. Catarina os valores possuem médias mais altas, TBA de 74,92, comprimento 21,51 metros e potência de 283 Hp.

Em média a frota permissionada possui as seguintes características: Arqueação bruta de 54,43 TBA, comprimento total de 19,32 metros e potência do motor de 242,57 Hp.

A maior parte das embarcações mais modernas possuem Power-block e sonar para facilitar o recolhimento da rede e localizar os cardumes respectivamente, estando também dotadas dos demais equipamentos básicos de navegação e comunicação.

As redes utilizadas variam de acordo com a embarcação, podendo medir entre 600 a 1100 metros de comprimento por 60 a 100 metros de altura de trabalho.

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

A pesca da sardinha apresenta um comportamento bastante peculiar, atravessando por várias fases, com períodos caracterizados por capturas acima de 100 mil toneladas, até 1986, seguido de uma redução nos desembarques a patamares inferiores nos últimos anos.

Atualmente podemos considerar que o recurso sardinha está em equilíbrio, tendo em vista a sua disponibilidade nos últimos anos e a sensível diminuição do esforço de pesca.

A pesca da sardinha está controlada pelas seguintes medidas de administração: limite do esforço de pesca, com a proibição de novas licenças, tamanho mínimo de captura de 17 cm., período de defeso para desova em torno de 100 dias.

CAMARÃO ROSA DO SE/S (*Penaeus paulensis* e *Penaeus brasiliensis*)

HISTÓRICO DA PESCARIA

Estas são as espécies principais de camarão rosa no se/s. A pesca industrial de camarão teve início após a segunda guerra, começando no Rio de Janeiro e São Paulo com arrasteiros laterais, depois, com a descoberta de novos bancos, expandiu-se para o sul, distribuindo-se pelo litoral, do Espírito Santo a Santa Catarina (1968).

A frota permissionada de camaroneiros está constituída de aproximadamente 400 embarcações, porém não se sabe o total de barcos realmente em operação. Estima-se que não devem passar de 230 embarcações.

CARACTERÍSTICA DA FROTA

As embarcações apresentam um comprimento total médio de 19,5 metros, 62 TAB, e potência média de 264 Hp, sendo a frota de S. Paulo a que apresenta valores mais altos. São embarcações do tipo tangoneiros que realizam arrasto duplo.

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

Ao verificar a série histórica da pesca industrial do camarão rosa no se/s entre 1965 e 1994, constata-se um crescimento gradativo até 1969, quando atingiu-se o patamar de 7.102t, apresentando uma tendência decrescente até 1973 com 2.283t. De 1974 a 1994 a produção variou entre 3.600t, em 1984 para 1476 em 1994.

Segundo os especialistas, o estoque de camarão rosa encontra-se bastante debilitado, recomendando maior eficiência nas medidas de ordenamento em vigor, a manutenção ou diminuição do esforço atual e maior controle sobre as áreas de criadouro.

As medidas de ordenamento em vigor são: defeso de 60 dias, controle da frota e tamanho mínimo de captura nos criadouros (90mm)

A frota camaroneira do SE/S está estimada em 200 embarcações.

PEIXES DEMERSAIS - Corvina (*Micropogonias furnieri*) - Castanha (*Umbrina canosai*) - Pescadinha (*Macrodon ancylodon*) - Pescada olhuda (*Cynoscion striatus*) e outros.

HISTÓRICO DA PESCARIA

A pesca industrial de peixes demersais no se/s teve início por volta dos anos 40, com uma frota baseada nos portos do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande, alcançando rapidamente um grande desenvolvimento, principalmente na década de 70, com a pesca em águas uruguaias e argentinas antes da decretação do mar de 200 milhas. Hoje, os principais portos de desembarque estão nos municípios de Rio Grande e Itajaí/Navegantes.

A pesca de peixes demersais é realizada na plataforma continental, desde o Rio de Janeiro até o Chuí (RS), sendo as espécies citadas as mais comuns nos desembarques de parelhas. Além destas espécies são desembarcadas várias outras, principalmente de cações.

Os peixes demersais são capturados por diversas modalidades de captura, arrasto de parelha, arrasto de portas, arrasto com tangones, pesca com espinhel e rede de emalhar.

CARACTERÍSTICAS DA FROTA

As embarcações envolvidas na pesca de peixes demersais possuem características bastante variadas, de acordo com a modalidade de pesca, os arrasteiros possuem entre 20 e 35 metros de comprimento total, motores de 250 a 650 Hp, os tangoneiros com comprimento médio entre 20 e 22 metros, 200 a 350 Hp, os linheiros e de pesca de emalhar são dos mais variados tipos, sendo embarcações adaptadas de outras modalidades.

Todas possuem equipamentos básicos de navegação e comunicação

SITUAÇÃO ATUAL DO RECURSO

Ao analisarmos os dados gerados pelos últimos resultados das principais instituições de pesquisa do se/s, onde se evidencia que a quase totalidade das espécies demersais estão em sobrepesca, a captura máxima sustentável deverá situar-se em torno de 50.000 toneladas/ano. A frota está estimada em 200 embarcações.

Para uma análise simplificada sobre a situação dos recursos demersais em geral, devemos levar em conta as conclusões elaboradas por HAIMOVICI (1996), que dizem o seguinte:

- Com a possível exceção da pescada olhuda, os estoques estão sujeitos a sobrepesca, com as capturas totais de peixes demersais se sustentando pela intensificação da pesca de recursos pouco explorados, à medida da diminuição das capturas daqueles aqui considerados como recursos principais;
- A manutenção dos rendimentos na pesca de peixes demersais resulta na incorporação de novos métodos de captura (tangones, espinhel de fundo, emalhe,

covos, etc.), mas não restam recursos demersais importantes que estejam em fase de subexploração na plataforma e talude superior.

- Os rendimentos da pesca de peixes demersais, podem cair nos próximos anos, na hipótese do esgotamento dos estoques de corvina, cações anjo, cação-bico-doce e caçonete.
- Em virtude da ausência de uma política eficiente de manejo dos estoques de peixes demersais, observa-se que a produção está em nível abaixo daquela aceita como máxima sustentável, considerando-se o nível de biomassa existente, e os crescentes custos das capturas.

Os recursos demersais, por se constituírem em estoques multiespecíficos dificultam um manejo direcionado a determinadas espécies, por este motivo até o momento as medidas de administração restringem-se a proibição de áreas para o arrasto (baías, estuários e distância mínima da costa) e a limitação do esforço de pesca através do controle da frota. Devido a constante atuação da frota arrasteira ao longo de todo o litoral se/s, existem várias correntes envolvendo pesquisadores e representantes do segmento produtivo, de se estabelecer uma parada anual desta pesca, visando uma diminuição do esforço e conseqüente "descanso" do substrato.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FROTA INDUSTRIAL

Como podemos observar, ao longo de todo o nosso litoral contamos, com uma frota relativamente velha, com exceção das traineiras e alguns atuneiros, construídos na década de 80/90, a frota costeira apresenta-se obsoleta e mal dimensionada, agravada pelo desconhecimento, por parte das instituições responsáveis pelo acompanhamento da atividade, da dinâmica destas embarcações.

Sabe-se que das 1645 embarcações industriais cadastradas (1992), nas diversas modalidades de pesca, muitas estão desativadas. Recente levantamento realizado pelo CONEPE para isenção do óleo diesel, foram registrados 1391 embarcações ditas industriais (este número também é questionado pois sabe-se que muitos destes barcos não estão operando), mesmo considerando estes números, há uma diferença de 254 embarcações entre os dados oficiais e extra oficiais que não se sabe quem são onde andam ou o que aconteceu com elas.

É importante salientar que a pesca costeira deverá necessariamente passar por uma reformulação, no tocante a frota, principalmente os arrasteiros. A sobrevivência da pesca de arrasto deve seguir pelo caminho da pesca responsável, usando métodos seletivos, tratamento adequado a bordo com relação a evisceração e conservação do pescado e observação dos tamanhos mínimos de captura e áreas protegidas. Assim também deve-se proceder com relação ao desperdício observado na pesca de cerco e da fauna acompanhante na pesca do camarão.

Esta reformulação só será possível com investimentos consideráveis em três principais áreas do desenvolvimento sustentável: formação/treinamento de recursos humanos, pesquisa/tecnologia e a correta gestão dos recursos naturais.

Na formação e treinamento de recursos humanos é necessário reciclar o nosso profissional do mar com cursos dirigidos às principais carências de nossos pescadores como, conhecimento básico de manejo de recursos naturais, uso de equipamentos e noções de qualidade e produtividade/mercado, enfim, inserir o pescador (mestres principalmente) no contexto em que ele é o principal agente, sendo responsável pela captura e qualidade do pescado.

Quanto ao aspecto tecnológico, é comum o armador instalar a bordo excelentes equipamentos de navegação e detecção de cardumes, após uma rápida demonstração dos representantes comerciais os equipamentos são entregues e os mestres aprendem a manuseá-los limitadamente, na prática, ou deixam de ligar o equipamento ou danificá-lo por uso inadequado.

Ainda sobre a questão tecnológica há a necessidade urgente de se introduzir em nossa pesca embarcações mais dignas de um trabalhador, grande parte de nossos barcos não oferecem o mínimo de conforto e segurança para quem se lança ao alto mar, sempre na busca de melhores produções, independente do risco a que estão submetidos com relação as surpresas que o mar nos apresenta.

As experiências realizadas com o arrendamento de embarcações estrangeiras possibilitaram o desenvolvimento de algumas pescarias, as quais, hoje temos plenas condições de explorar sozinhos. Infelizmente os processos de arrendamento no Brasil pegaram tripulações despreparadas para um melhor aproveitamento tecnológico, mesmo assim deve-se continuar lançando mão deste expediente, aproveitando a grande oferta de embarcações em outros continentes, escolhendo-se parcerias com menor barreira de idioma e tecnologias que permitam a exploração de potenciais ainda pouco conhecidos ou em expansão.

A manutenção e a otimização da exploração de nossos recursos costeiros devem necessariamente direcionar-se para a resolução destes principais entraves, sendo a melhoria do nível de conhecimento geral sobre a atividade, por parte dos pescadores e o uso de petrechos de pesca, mais seletivos e melhores embarcações, fatores predominantes para a continuidade desta atividade.

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

(SITUAÇÃO ATUAL DO SEGMENTO)

As informações existentes sobre a pesca brasileira, no tocante aos aspectos sócio econômicos são bastante questionáveis, sempre que se dimensiona a atividade com relação a geração de empregos diretos e indiretos, fala-se em estimativas, os últimos levantamentos, considerados oficiais, falam em 800mil empregos diretos e cerca de 4 milhões de indiretos. São questionáveis porque, sendo a pesca uma atividade altamente dinâmica, sofrendo flutuações constantes na sua relação de oferta e demanda do produto, influenciada pela disponibilidade ou não dos recursos pesqueiros, instabilidade da economia e demais fatores que a acompanham nos últimos 20 anos, estas informações deveriam ser atualizadas constantemente.

É inegável a importância da pesca nos outros segmentos da economia, como por exemplo a rede de serviços que cercam um polo pesqueiro, a construção e reparos naval, máquinas e motores, comércio em geral e etc.. Quando a pesca de um importante centro pesqueiro vai mal, reflete em toda a sociedade seus efeitos negativos, é o caso de muitos municípios costeiros.

Segundo estatísticas oficiais o parque industrial brasileiro é composto por cerca de 300 empresas, produzindo principalmente peixe congelado, resfriado e enlatado. No norte e nordeste predominam a linha de congelados destinados ao mercado externo (camarão, piramutaba, lagosta e pargo). No sul e sudeste temos empresas processadoras de pescado congelado em postas, filé e inteiro e também um importante parque enlatador que já foi considerado o maior da América Latina. A maior parte destes produtos são destinados ao mercado interno.

A realidade do parque industrial e da infraestrutura pesqueira existentes hoje em nosso litoral necessita ser avaliado, em consultas realizadas junto ao setor, constata-se que várias empresas estão paralizadas ou terceirizando seus serviços, como é o caso das empresas do norte que possuem prestadoras de serviços encarregadas da captura e processamento. Em Santos, Itajaí/Navegantes e Rio Grande, com um parque industrial super dimensionado para a realidade atual de nossas produções, observa-se a existência de várias empresas de processamento e captura paralisadas. O Rio de Janeiro, onde outrora se concentrava o maior parque enlatador do País, conta com apenas 8 empresas enlatadoras em funcionamento. Estes são apenas alguns exemplos que evidenciam a importância da atualização das informações sobre o setor pesqueiro nacional.

Considerando-se ainda a geração de empregos, estima-se que cerca de 15.000 empregos diretos são proporcionados somente pela frota industrial (incluindo a atuneira), estas informações datam de 1992, atualmente acredita-se que este nº é bem menor, havendo, segundo o sindicato dos pescadores (SINTRAPESCA) de Itajaí um grande desemprego em toda a região, devendo ser um retrato da atividade embarcada no Brasil.

Quanto ao faturamento, fontes oficiais demonstram que o Brasil no ano de 1994 exportou 35.557 toneladas de pescado, representando US\$ 168.040 milhões, quase a metade de 1992 em quantidade, 56.714 toneladas, porém empatando no valor US\$ 162.419 milhões. A balança comercial de produtos pesqueiros tem sido favorável ao Brasil na maioria dos períodos analisados até 1994.

Atualmente, em função do aumento das importações via Mercosul, e bacalhau da Noruega, e a diminuição em torno de 20% das exportações brasileiras do camarão do norte, deve existir uma mudança com relação a este padrão, mesmo considerando-se a abertura de novos produtos de exportação, como o espadarte (meca).

Com relação ao consumo de pescado, a média per capita do brasileiro é uma das mais baixas do mundo, situando-se entre 7,3 a 6,1 kg/ano/habitante, neste item, os produtos resfriados, congelados e salgados tem maior aceitação. Com referência aos produtos congelados a forte concorrência dos países do Mercosul, com produtos

mais baratos e de melhor qualidade vêm agravando a situação do nacional. Já com o pescado salgado, o Brasil apresenta-se como um dos maiores importadores de bacalhau e afins da Noruega, chegando a importar anualmente mais de 35.000 toneladas. Devemos ainda considerar as importações de sardinha (42.000t), salmão (18.412t), merluza (84034t) em 1996.

Não obstante o baixo consumo de pescado pelo brasileiro, o Brasil com seu vasto potencial de consumo dentro do Mercosul e da própria globalização da economia, é visto como um grande consumidor pelos países produtores de pescado, que procuram cada vez mais facilitar a entrada de seus produtos no nosso mercado.

Para fazer frente a esta ameaça de maior desestabilização do setor, é necessário mudar nossos padrões de produção. Esta década caracterizou-se pela grande concorrência de mercado calcada principalmente na qualidade e economicidade dos produtos, em qualquer ramo de atividade. Na pesca não deve ser diferente, os anos de grandes desperdícios já se passaram e quem não se adaptar a nova ordem está sujeito a comprometer sua atividade.

Já se observa hoje, algumas mudanças no comportamento de determinados segmentos da nossa pesca. Providências visando a qualidade do pescado como tratamento a bordo, diminuição de dias de mar na pesca do arrasto no sul, já são reflexos desta nova ordem. A busca de novas opções para exploração de nossa ZEE, como a pesca do atum e mais recentemente a do espadarte são exemplos de melhor aproveitamento do nosso potencial pesqueiro.

Com relação a pesquisa pesqueira, é necessário revitalizar as instituições que realizam este trabalho tradicionalmente. Os grupos permanentes de estudo das principais pescarias, que ao longo dos últimos 20 anos nortearam o ordenamento pesqueiro estão completamente desativados, os Centros de Pesquisa do IBAMA estão descaracterizando-se e perdendo grande parte de seus melhores pesquisadores, por falta de uma política de pesquisa. A pesca nacional precisa contar com informações atualizadas, com bancos de dados sobre as principais pescarias, acompanhamento biológico, controle sobre os recursos emergentes, desenvolvimento de projetos que venham a otimizar e desenvolver novas pescarias, intercâmbios com outros países, estudos sócio-econômicos e etc.

O programa REVIZEE deve ser encarado com mais intensidade por parte do Governo Federal, com maior aporte de recursos e infraestrutura, tendo em vista a importância destes estudos para o desenvolvimento da pesca oceânica e os resultados já obtidos com os poucos recursos oferecidos.

O Brasil tem que se adaptar aos novos tempos e para isso, contar com a participação de todos os segmentos envolvidos. O exemplo dos modelos de administração pesqueira adotado no passado precisam ser analisados para que não se cometam os mesmos erros. Este modelo levou a exaustão não só os recursos pesqueiros, como também trouxe muitos prejuízos a economia como um todo. Uma nova e promissora mentalidade está se instalando dentro do setor, através da consciência de que é necessário promover o desenvolvimento sustentável da atividade, com a participação da sociedade, através da corresponsabilidade da gestão dos recursos vivos .

FUTURO DO SEGMENTO

A pesca costeira , com exceção do camarão do norte, da lagosta e do pargo no nordeste, que já possuem seus mercados internacionais, necessita em primeiro lugar, tornar seus produtos competitivos, promover a divulgação e agregar valor ao pescado desenvolvendo novos produtos, de fácil acesso a população.

Campanhas de marketing, evidenciando as vantagens do consumo do pescado junto aos meios de comunicação. Organização na distribuição do produto fresco, cujo modelo atual é um dos grandes entraves na cadeia de distribuição, sendo o principal responsável pelo alto custo final do produto, contribuindo também para diminuir a qualidade em função de excessivo manuseio e exposição do pescado a variações de temperatura.

Como evidenciado anteriormente as demais ações para que a pesca costeira se torne competitiva estão na área da captura, através de uma considerável melhoria no manuseio, conservação e na redução de custos, através da racionalização de despesas e políticas públicas de preços de insumos, diferenciado para o setor produtivo.

DIFICULDADES ATUAIS E FUTURAS

A atividade pesqueira no Brasil, tem um longo caminho a percorrer para enfrentar as dificuldades que a cercam, quer pela falta de organização institucional do setor, quer pelas exigências de mercado com a conseqüente luta pela competitividade.

Este caminho passa pela imediata definição política do papel da pesca em nosso País, é unânime a opinião de todos os que atuam na área, que é necessário encarar a pesca como um dos mais importantes segmentos da economia nacional . Inúmeros documentos foram elaborados nos últimos anos, com o objetivo de sensibilizar o Governo Federal para criar uma estrutura desvinculada da área ambiental, dando o devido atendimento às reais necessidades do setor com relação ao desenvolvimento, através de medidas objetivas de fomento, políticas públicas, pesquisa, extensão e etc..

Como exemplos de propostas que tramitam na esfera governamental, podemos citar dois documentos que abordam com muita propriedade os problemas e soluções para o setor pesqueiro. O primeiro, formulado pelo grupo de trabalho interministerial criado através da portaria 02/94, o qual que propõe, sucintamente, programas, políticas, diretrizes e ações para o desenvolvimento da pesca e aquacultura nacionais, este documento evidencia a necessidade de reestruturação do setor, propondo, inclusive a criação de uma entidade autônoma com poderes para administrar a pesca e a aquacultura no Brasil.

O segundo e mais recente documento, elaborado pelo Grupo Executivo do Setor Pesqueiro - GESPE - é o Plano Diretor Nacional para a Pesca e Aquacultura, o qual

movimentou um contingente enorme de colaboradores, resultando numa série de programas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira nacional. Este plano, se implementado poderá dar início ao processo de atualização da nossa pesca com relação aos países de tradição pesqueira,

Ainda órfã de planos e programas em execução, a pesca brasileira continua caminhando para um desenvolvimento desordenado, que possibilita, em alguns casos, uma produtividade pontual, porém comprometendo sua sustentabilidade futura, como é o caso dos cações, chernes e os recursos tradicionais.

Na área econômica, torna-se evidente a elaboração de políticas que venham a atender principalmente a redução dos custos operacionais, linhas de financiamentos e procedimentos que possibilitem a modernização da nossa frota e parque industrial.

A internacionalização da nossa pesca também viria a contribuir para o aporte de recursos através de investimentos em infraestruturas de terra e frota, além de doações para pesquisa e cooperação científica internacional. É necessário portanto regulamentar o quanto antes uma política de abertura internacional para a atividade pesqueira.

CONCEITO E EXPECTATIVA INSTITUCIONAL DO SETOR

Espera-se das entidades representativas do setor uma intensificação das ações participativas nas várias esferas. No âmbito político, fazendo com que a organização do segmento se concretize a nível de governo, criando condições para a implementação das propostas existentes nos planos e programas mencionados. Que as entidades representativas se fortaleçam através da procura de parcerias, assessorias técnicas, participação em eventos, feiras nacionais e internacionais, na busca de atualização e de novas oportunidades comerciais e tecnológicas.

Apoiar e participar de iniciativas que visem o desenvolvimento técnico-científico com universidades, centros de pesquisa, programas nacionais(REVIZEE), colocando as infra-estruturas de mar e terra para apoiar a pesquisa.

Participar de fundos de desenvolvimento tecnológico e de fomento, através de parceria com instituições nacionais e internacionais, tanto em território nacional como fora do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da pesca no Brasil já está equacionado através dos vários encontros, documentos, grupos de trabalho, consultorias e etc., que com o passar dos anos tornou-se repetitivo pela falta de implementação das providências intensamente propostas e perseguidas pela sociedade.

Com o movimento observado nos últimos 5 anos, onde o setor pesqueiro, juntamente com a classe política e o envolvimento de diversas autoridades ligadas a

área pública, vislumbra-se para um futuro próximo, uma nova perspectiva para a pesca nacional.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- GESPE - 1997 - Plano Diretor Nacional para a Pesca e Aquicultura.
- Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria 02/94) - Políticas Diretrizes e Ações para o Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura Nacionais.
- IBAMA - Dias Neto, J. - 1996 - Diagnóstico da Pesca Marítima do Brasil - Coleção Meio Ambiente - Série Estudos Pesca n° 20 - IBAMA
- IBAMA - 1994 - (Grupo de Trabalho Portaria n° 124/92) - Subsídios para Definição de uma Política de Ocupação da ZEE.
- IBAMA - 1994 - Perfil do Setor Lagosteiro Nacional - Coleção Meio Ambiente - Série Estudos Pesca n° 12.
- IBAMA - 1994 - Relatórios dos Grupos Permanentes de Estudos - GPE's - Camarão Norte e Piramutaba - Coleção Meio Ambiente - Série Estudos Pesca n° 9.
- IBAMA - 1995 - Situação do Estoque da Sardinha no Litoral Sudeste e Sul - Coleção Meio Ambiente - Série estudos Pesca n° 17.
- IBAMA - 1994 - Relatórios das Reuniões dos Grupos Permanentes de Estudos - GPE's - Lagostas, Carangueijo-Uçá e Camarão do Nordeste - Coleção Meio Ambiente - Série Estudos Pesca n° 10.
- IBAMA - 1995 - Relatório da IV Reunião do Grupo Permanente de Estudos - GPE - Peixes Demersais - Coleção Meio Ambiente - Série Documentos Pesca n° 16.
- IBAMA - 1994 - Relatórios das Reuniões dos Grupos Permanentes de Estudo - GPE's - Sardinha - Atuns e Afins - Coleção Meio Ambiente - Série Documentos Pesca n° 11.
- Pinto Paiva, M. (Coordenador) - 1997 - Programa REVIZEE - Recursos Pesqueiros Estuarinos e Marinhos do Brasil
- Souza Neiva, G. - 1990 - Subsídios para a Política Pesqueira Nacional.
- Coletânea de relatórios e documentos diversos sobre a pesca no Brasil.